

A Fronteira dos Impérios: conexões políticas, conflitos e interesses portugueses na região platina.

Maria Fernanda Baptista Bicalho
Universidade Federal Fluminense

O objetivo deste trabalho é analisar os interesses portugueses na região platina e suas conexões com a política imperial das monarquias ibéricas, a partir da correspondência de governadores e vice-reis no Rio de Janeiro e Lisboa. A sua principal hipótese é a da indiscutível centralidade da administração do Rio de Janeiro sobre os territórios e interesses meridionais da América.

A historiografia há muito enfatiza esse aspecto. Basta citarmos o livro de C. R. Boxer sobre Salvador de Sá ¹, e ainda *O Trato dos Viventes*, de Luiz Felipe de Alencastro. De acordo com esses autores, a posição meridional da capitania do Rio de Janeiro conferiu-lhe, durante todo o século XVII, condições excepcionais de trânsito entre os enclaves negreiros na África e as possessões espanholas do estuário do Prata. Segundo Alencastro,

“Durante alguns anos a zona platense esteve aberta ao Asiento, com os negreiros saindo diretamente de Luanda para Buenos Aires, cuja população contava com um número grande de portugueses, em geral cristãos-novos. Nos anos de proibição, o contrabando se fazia através do Rio de Janeiro. Caravelões, barcos menores que as caravelas (...), ligavam os dois portos numa viagem de dez a quinze dias de navegação. De retorno, os caravelões traziam, não só para o Rio de Janeiro mas ainda para a Bahia e o Recife, patacas, prata lavrada e por lavar, assim como algum ouro” ².

A seu ver, em torno das trocas de africanos pela prata cristalizaram-se, no Rio de Janeiro, os interesses peruleiros, (“*substantivo de origem espanhola usado no começo do século XVII para designar os comerciantes da América portuguesa que faziam negócios com os espanhóis do Baixo Peru e, mais concretamente, importavam prata da região platina*”). E,

“Na segunda metade do Seiscentos, numa mesma estratégia para agregar os africanos e a prata – as zonas tributárias angolanas e platenses -, sucedem-se a expedição luso-fluminense de reconquista de Angola (1648), o povoamento de Laguna (1674), a criação do bispado do Rio de Janeiro com jurisdição até a embocadura do Prata (1676), o donativo régio concedido a Salvador de Sá e a

¹ C. R. BOXER, *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*, São Paulo, Companhia Editora Nacional / Editora de Universidade de São Paulo, 1973.

² Luiz Felipe de ALENCASTRO, *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 110. Segundo o autor, a partir de 1605, devidos às suspeitas de descaminhos por parte de Madri, os assentistas perderam o direito de navegar para Buenos Aires, cujo porto fechou-se ao trato negroiro.

*seus filhos de trinta léguas de litoral até o Prata (1676) e, enfim a fundação da Colônia do Sacramento (1680)*³.

Seguiu-se o povoamento da região sul, a criação de vilas em Santa Catarina e a fundação do Rio Grande de São Pedro (1737), enclaves meridionais na América portuguesa que se tornaram dependentes e tributários - política, comercial e militarmente - do Rio de Janeiro⁴. Afirmava-se, progressivamente, a partir dos interesses econômicos e políticos sediados na cidade do Rio de Janeiro, a supremacia de seu porto⁵, conectando rotas e redes no Atlântico sul; traduzindo, desta forma, sua inequívoca vocação atlântica.

Guerra no Atlântico

Desde a fundação da Colônia do Sacramento em 1680, a região meridional da América tornou-se alvo de intensa disputa pontuada por ações militares e negociações diplomáticas entre os países ibéricos. Uma série de tratados assinados no contexto da Guerra de Sucessão - em 1701, 1703 e 1715 - atribuiu legitimidade às pretensões lusas sobre aquele território⁶. Apesar do sítio que a Colônia sofreu de forças castelhanas entre 1735 e 1737⁷, o que me interessa discutir aqui são os conflitos que tiveram lugar entre a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e a assinatura do Tratado de Santo Idelfonso (1777).

Se a diplomacia portuguesa durante o reinado de D. João V tentara manter sua posição de distanciamento e de quase alheamento da tensa política internacional que se desenrolava na Europa Central, era impossível, deflagrada a Guerra dos Sete Anos, eximir-se de uma tomada de posição. No Atlântico, o conflito europeu traria conseqüências, sobretudo, em relação à quase centenária disputa luso-espanhola em torno das fronteiras de seus respectivos domínios na região platina. (Estes problemas não eram recentes, nem inusitados. Basta lembrarmos de todas as negociações e querelas que antecederam e sucederam ao Tratado de Madri, tão bem descritas, entre outros, por Jaime Cortesão)⁸.

³ Luiz Felipe ALENCASTRO, *Trato...cit.*, p. 203. Sobre a Colônia do Sacramento, cf, Luis Ferrand ALMEIDA, *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973; Fabrício P. PRADO, *Colônia do Sacramento. O extremo-sul da América portuguesa*, Porto Alegre, F. P. Prado, 2002; POSSAMAI, Paulo César. *O cotidiano da guerra: a vida na Colônia do Sacramento (1715-1735)*. São Paulo: USP, 2001 (tese de doutorado inédita).

⁴ Cf. Helen OSÓRIO, «As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII)», in J. FRAGOSO; M. F. BICALHO & M. F. GOUVEA (orgs), *O antigo regime nos trópicos. A dinâmica da colonização portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001; e Helen OSÓRIO, *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América. Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*, Niterói, UFF, 1999 (tese de doutoramento inédita).

⁵ Cf Antônio C. Jucá SAMPAIO, *Na Encruzilhada do Império. Hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

⁶ Cf. Dauril ALDEN, *Royal Government in Colonial Brazil*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1968.

⁷ O pretexto que levou ao sítio foi um incidente diplomático ocorrido em Madri com o embaixador português, Pedro Álvares Cabral, na corte espanhola. Cf. Paulo César POSSAMAI, «Aspectos do cotidiano dos mercadores na Colônia do Sacramento durante o governo de Antônio Pedro de Vasconcelos (1722-1749)», *Estudos Ibero-Americanos*, v. XXVIII, n° 2, dezembro de 2002, pp. 65-73

⁸ Em fins da década de 1740 iniciaram-se as primeiras negociações diplomáticas entre as duas Cortes, visando uma acomodação mais pacífica e duradoura naquela região. Naquela época, além de Sacramento, pertenciam aos portugueses os fortes Santa Tereza e São Miguel, encravados em território espanhol, entre a Colônia e o Rio Grande. A Espanha dominava todo o resto daquela vasta região, incluindo, a noroeste da Lagoa dos Patos, as Sete Missões, controladas por jesuítas castelhanos. De acordo com o Tratado de Madri, assinado em janeiro de 1750, aos portugueses caberia entregar a Colônia do Sacramento aos espanhóis em troca do reconhecimento da legitimidade de sua posse sobre o Rio Grande, ao qual seriam anexadas as Sete Missões. Estabelecia ainda a evacuação dos jesuítas e dos índios daquele território, deslocando-os mais para o norte, para terras pertencentes ao Rei de Castela. Cf. Jaime CORTESÃO, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores / Instituto Rio Branco, 1961; e D. ALDEN, *Royal Government... cit.*, capítulo IV, «Diplomacy and War, 1494-1769», pp. 83-115.

Em inícios de 1761 Espanha e Portugal assinaram a revogação das disposições de Madri. Tal rescisão - que restaurava o *status quo* anterior a 1750, num contexto de guerra na Europa - significava inevitavelmente o recrudescimento dos conflitos na América meridional. Inconformado com o fracasso e a relutância dos portugueses em abandonarem a Colônia do Sacramento, D. Pedro de Cevallos, governador de Buenos Aires, planejou um ataque aos fortes portugueses na região sul, com a finalidade de expulsá-los não só da Colônia, mas também do Rio Grande e de Santa Catarina. Em agosto de 1762 transportou homens para as cercanias da Colônia. Em outubro recebera avisos da Europa comunicando ter a Espanha declarado guerra a Portugal. Iniciou imediatamente o ataque e, 25 dias depois, tomou a cidadela, expulsando os portugueses⁹.

Nesse meio tempo armava-se na Europa, entre Londres e Lisboa, um projeto de curso anglo-fluminense que tinha como objetivo invadir, saquear e tomar Buenos Aires e Montevidéu. A documentação que revela essa iniciativa corsária é bastante interessante (e encontra-se, em parte, no Arquivo Histórico Ultramarino). Inicia-se com uma correspondência entre Martinho de Mello e Castro, embaixador português em Londres e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Secretário da Marinha e do Ultramar. Este, por sua vez, escreveria a Gomes Freire de Andrade, governador do Rio de Janeiro, que havia estado no sul, como representante do governo português, por ocasião das negociações do Tratado de Madri. Já então de volta ao Rio de Janeiro, Gomes Freire fora informado do projeto de curso por carta de Mendonça Furtado, de 25 de agosto de 1762. O plano consistia na reunião de duas naus britânicas com embarcações fluminenses, que navegariam em direção ao Prata, onde atacariam “*de mão comum*” os castelhanos. As referidas naus (inglesas) deveriam fazer escala no Rio de Janeiro, com o pretexto de se aprovisionarem para a extensa viagem em direção às Índias Orientais.

Durante a sua permanência no porto, Gomes Freire conversaria com os comandantes ingleses sobre os meios “*que houver ou não houver*” para o saque de Buenos Aires. Avaliando o projeto, e sendo viável, sob a alegação de mandar socorrer a Colônia e o Rio Grande, deveria destacar toda a força necessária e enviá-la imediatamente ao Prata. Assim que chegassem a seu alvo, a ordem era destruir as embarcações que encontrassem no porto, saquear a cidade e, só então, voltar à banda setentrional e atacar Montevidéu que, sem socorro, facilmente se renderia. Em suma, após o saque de Buenos Aires, a finalidade era conquistar e conservar Montevidéu, cidade melhor localizada no estuário platino do que a Colônia do Sacramento.

Configurando uma empresa de curso a exemplo das praticadas pela França e Grã Bretanha, Mendonça Furtado instruía Gomes Freire a municiar os navios no Rio de Janeiro com o capital de todos os interessados - “*nos moldes dos navios ingleses, armados por particulares*” - cabendo ao governador conceder patentes interinas aos oficiais que guarnecessem as naus. Em nome do Rei D. José I, assegurava que todo o lucro do saque pertenceria aos armadores, devendo ser dividido pelos participantes “*da mesma sorte que o são as presas que fazem as Naus d’El Rei Britânico*”. Estava convencido de que assim não faltariam pessoas particulares que quisessem arriscar algum cabedal, pelo muito que poderiam receber em troca, “*principalmente quando têm para dirigir aos mesmos particulares um General tão prudente e consumado*”, referindo-se ao próprio Gomes Freire. Deveriam, no entanto, antes de saírem em curso, ajustar com os ingleses sobre aquilo que competiria a cada um, de sorte que não surgissem questões nem dúvidas sobre a forma da partilha do produto do saque.

⁹ Dauril Alden afirma que D. Pedro de Cevallos chegara a projetar uma invasão ao Rio de Janeiro, porém voltou atrás diante da consideração de que para tanto seriam necessários por volta de 7.000 a 8.000 homens, força que nem ele, nem a Espanha - envolta na guerra continental - dispunham no momento. Considerou que o referido ataque deveria ser feito por alguma potência aliada, como, por exemplo, a França, enquanto aos espanhóis caberia concentrar seus esforços no Sul. O interessante é que justamente em fins de 1762, um pouco antes do primeiro armistício em Fontainebleau, Luís XV começou a preparar uma esquadra que teria como alvo principal a cidade do Rio de Janeiro. D. ALDEN, *Royal Government...cit.*, p. 94.

Sob a hipótese, no entanto, de não haver particulares que quisessem se arriscar neste empreendimento, Mendonça Furtado ordenava ao governador que, no caso de se achar com forças suficientes no Rio para “*resistir a qualquer insulto que nos queiram fazer neste importante porto os nossos Inimigos*”, e podendo dispor de armas e homens sem que aquela praça corresse qualquer risco, deveria ele próprio, em comum acordo com os ingleses, dirigir a invasão a Buenos Aires e a conquista de Montevidéu, “*fazendo aos Castelhanos todo o dano que couber no possível*”¹⁰.

As perspectivas tanto dos comandantes ingleses, quanto dos ministros portugueses eram otimistas. Um dos capitães dos navios britânicos voltara há pouco de Buenos Aires e afirmava não terem ali os espanhóis capacidade de oferecer grande resistência. Baseando-se nestas informações Martinho de Mello e Castro escrevia ao Conde de Oeiras, dizendo que:

*“A guerra para que se preparavam [os espanhóis] no continente de Portugal, e a defesa dos seus estabelecimentos da parte do norte, que tinham de certo seriam atacados pelos Ingleses, lhes não daria ocasião de cuidarem muito no Rio da Prata, acrescentando a isto o não recearem muito de nós naquela parte, persuadidos que ali não teríamos mais forças que a necessária para fazer uma guerra defensiva. Todas estas circunstâncias juntas dão a maior probabilidade de que unindo-se às duas naus inglesas algumas forças portuguesas de Mar e Terra, e que uns e outros se acordem e estabeleçam entre si uma boa inteligência, farão progressos úteis aos Ingleses - que têm por único objeto expor-se a todo o risco para se enriquecer dos despojos castelhanos -, e às colônias de El Rei Nosso Senhor em toda a destruição que a si se lhes fizer; ganhando-se além deste ponto, que é muito provável, o certo e certíssimo de conseguir-se com a dita expedição interromper a navegação espanhola para aquela parte, e facilitarmos com segurança a nossa do Brasil para a nova Colônia”*¹¹.

No entanto, os espanhóis na América meridional não estavam, como se supunha na Europa, de mãos atadas e, em outubro de 1762 - no momento em que Martinho de Mello e Castro negociava com os corsários ingleses e com a Corte de Lisboa o ataque aos estabelecimentos platinos - D. Pedro de Cevallos invadia e conquistava a Colônia do Sacramento.

Como esta é uma pesquisa em andamento, não encontrei ainda documentação sobre a forma em que se deu a contribuição fluminense àquela empresa, se parcialmente armada por particulares ou se exclusivamente a cargo da Coroa. Mas é provável que Gomes Freire não tenha tido tempo de consultar os comerciantes fluminenses porventura interessados em participar da expedição, pois segundo carta do Bispo de Rio de Janeiro ao Secretário do Ultramar, assim que chegara aviso da Europa de que a guerra entre Portugal e Espanha havia sido declarada (início de 1762), Gomes Freire preparou doze embarcações, com cerca de 400 homens, cuja meta era a Colônia do Sacramento. Estando prontas para partirem, chegara do Sul uma carta pedindo reforços. Ao mesmo tempo, entravam no porto do Rio de Janeiro as duas naus inglesas armadas em curso. Todo este aparato militar fora despachado para o Prata a 21 de novembro de 1762. A 5 de dezembro chegava ao Rio a notícia de que a Praça da Colônia havia-se rendido aos castelhanos¹².

¹⁰ AHU, RJ, Avulsos, Cx. 71, doc. 21. Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Conde de Bobalela, de 25 de Agosto de 1762. Em anexo encontra-se um memorial dos diretores interessados na empresa e dos comandantes de dois navios particulares de guerra armados sob a comissão de Sua Majestade Britânica. Consta ainda da mesma documentação uma carta de Martinho de Mello e Castro ao Conde de Oeiras, de 9 de julho de 1762, expondo-lhe o projeto e pedindo-lhe que o endossasse junto a D. José I.

¹¹ Idem.

¹² AHU, RJ, Avulsos, Cx. 72, doc. 1. Carta do Bispo do Rio de Janeiro a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 7 de janeiro de 1763.

Sobre o destino da esquadra anglo-fluminense sabe-se apenas que, em 6 de janeiro de 1763, D. Pedro de Cevallos destruiu uma armada composta de nove navios, entre portugueses e ingleses, com cerca de 500 homens, queimando-os e matando seus comandantes. Não satisfeito com as vitórias conquistadas até então, e fortemente determinado a expulsar os portugueses de todo aquele território, o governador de Buenos Aires armou, em abril de 1763, cerca de 1000 homens, conduzindo-os pelo litoral até as muralhas das fortalezas lusas de Santa Teresa e São Miguel, a sul da Lagoa Mirim. Nova vitória dos castelhanos, desta vez sem grandes esforços de guerra e sem muitas perdas em homens. Os portugueses que guarneciam aqueles fortes, amedrontados diante da visão das tropas inimigas, sem poder avaliar bem o seu número, entraram em pânico, abandonando Santa Teresa, alguns conseguindo ainda refúgio em São Miguel, para onde levaram os boatos da grande superioridade - não obstante ilusória - dos espanhóis. Tais boatos, por sua vez, fizeram com que o comandante e a guarnição deste último baluarte se rendessem antes mesmo de uma primeira batalha. De posse daquelas fortalezas, as tropas castelhanas tinham caminho aberto para a vila do Rio Grande, onde de fato entraram a 24 de abril de 1763, achando-a vazia, uma vez que os homens encarregados de sua defesa haviam igualmente desertado ¹³.

Rumavam já os espanhóis para Viamão, quando receberam notícias da Europa acerca da suspensão das rivalidades entre as respectivas metrópoles. Tanto em Fontainebleau (novembro 1762), quanto em Paris (março 1763), os tratados que puseram termo à Guerra dos Sete Anos foram negociados e assinados pelas Coroas ibéricas sem conhecimento das manobras de seus vassallos na América, mas ambos incluíam cláusulas no sentido de dar fim àqueles conflitos, preconizando restituições territoriais mútuas.

O Rio de Janeiro capital

Foi nesse contexto político internacional que ocorreu a transferência da capital do Estado do Brasil para o Rio de Janeiro. Embora aquela cidade viesse passando por grandes transformações durante toda a primeira metade do século XVIII - processo coroado pela criação, em 1751, do Tribunal da Relação ¹⁴ - apenas em 1763 ela se tornou oficialmente sede do Vice-Reinado. A documentação acerca desta decisão por parte de Lisboa é escassa e pouco eloquente quanto às razões que a forjaram. O então governador do Rio, Gomes Freire de Andrade faleceu em janeiro de 1763, sendo sua morte atribuída ao grande choque que lhe causou a notícia da perda da Colônia do Sacramento. Em 11 de maio do mesmo ano uma nova carta régia nomeava o Conde da Cunha vice-rei do Estado do Brasil, ordenando-lhe que passasse a residir na cidade do Rio de Janeiro. A 21 de dezembro escrevia o Conde a Lisboa, comunicando ter tomado posse daquele governo ¹⁵.

A transferência da capital do Estado do Brasil para o Rio de Janeiro veio assim corroborar o caráter central que essa cidade vinha assumindo desde meados do século XVII como *locus* articulador de toda a região centro-sul da colônia.

A centralidade daquela cidade-porto não se impôs apenas por sua posição no interior da colônia americana, mas de todo o Império português, e ainda no quadro da geo-política ultramarina e colonial das demais potências européias. Em outras palavras, o Rio de Janeiro tornara-se capital num momento delicado para Portugal e seus domínios ultramarinos no quadro das relações internacionais; no interior do qual, acirrada a disputa ultramarina entre os demais

¹³ Sobre os mencionados sucessos de D. Pedro de Cevallos no sul, cf. D. ALDEN, *Royal Government...* cit., pp. 96 a 104.

¹⁴ A Relação do Rio de Janeiro foi criada pela carta régia de 16 de março de 1751, nos moldes do tribunal da Bahia. (AHU, RJ, Cat. C.A., doc. 16.071).

¹⁵ AHU, RJ, Avulsos, Cx. 76, doc. 43. Ofício do Conde da Cunha, de 21 de dezembro de 1763.

Estados europeus, colocava-se o problema da preservação dos territórios coloniais, ou da “defesa do patrimônio” luso no ultramar ¹⁶.

Os ofícios enviados de Lisboa aos sucessivos vice-reis (Conde da Cunha, Conde de Azambuja, Marquês do Lavradio, Luís de Vasconcelos e Souza, Conde de Resende) advertiam-nos quanto aos cuidados que deveriam ter em conservar as tropas, guarnecer a cidade, fortificar os portos e as marinhas e povoar os domínios ultramarinos. Os esforços nesse sentido concentravam-se no Rio de Janeiro, de onde deveriam abranger as demais capitânias e territórios da colônia. Reafirmava-se assim a interdependência das regiões coloniais nos momentos de perigo externo e nas questões de defesa. De acordo com a Instrução Militar para o governador de São Paulo, de 1775,

“todas as Colônias portuguesas são de Sua Majestade e todos os que as governam são Vassallos seus: e nesta inteligência tanta obrigação tem o Rio de Janeiro de socorrer a qualquer das capitânias do Brasil, como cada uma delas de se socorrerem mutuamente umas às outras e ao mesmo Rio de Janeiro, logo que qualquer das ditas capitânias for atacada ou ameaçada de o ser: sendo certo que nesta recíproca união de poder consiste essencialmente a maior força de um Estado; e na falta dela, toda a fraqueza dele” ¹⁷.

Em meados da década de 1770, as diplomacias das Coroas de Portugal e Espanha não haviam ainda chegado a um acordo que substituísse o fracassado Tratado de Madri. Em março de 1776, tropas portuguesas capitaneadas pelo General Böhn e o pelo Capitão de Mar Mac-Dowall tomaram o Rio Grande dos espanhóis. A primeira reação de Castela foi pensar no envio de uma força punitiva que teria como alvo um dos portos do Brasil. Certamente tal empreitada correria alguns riscos, o maior deles seria colocar a Inglaterra mais uma vez ao lado de Portugal, no caso de uma declaração formal de guerra. Por outro lado, os ministros madrilenos levaram em conta que os problemas da Grã-Bretanha na América do Norte poderiam impossibilitá-la de assumir, naquele momento, as dores de seu antigo aliado ¹⁸.

O plano de um ataque ao Brasil começou a ganhar forma em julho de 1776, após as notícias da tomada do Rio Grande pelos portugueses. O objetivo era a conquista da ilha de Santa Catarina e a posterior destruição da Colônia do Sacramento. O assédio a Santa Catarina, de crucial importância militar e diplomática, cortaria qualquer comunicação dos portugueses com o sul, além de facilitar a captura da Colônia e a retomada do Rio Grande, forçando Portugal a abandonar suas possessões em toda a região meridional, a ponto de seus limites retornarem ao que predisponha o Tratado de Tordesilhas. O plano se concluiria com a criação do Vice-Reino do Prata, tendo como primeiro vice-rei D. Pedro de Cevallos.

A armada espanhola composta de 116 embarcações, 20 das quais eram navios de guerra, 10.000 soldados, 8.500 marinheiros e 500 “*maestranza*” - com mantimentos para seis meses de campanha - pôs-se ao mar em meados de novembro, enquanto tropas castelhanas dispunham-se na fronteira de Portugal para desencorajar o envio de forças suplementares ao Brasil, e navios espanhóis eram enviados para a altura das Canárias e para o Atlântico peninsular, com a

¹⁶ Cf. a este respeito, Fernando NOVAIS, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, São Paulo, Hucitec, 1976, p. 136.

¹⁷ Instrução militar para uso do governador de São Paulo, de 24 de junho de 1775, citada por Marcos Carneiro de MENDONÇA, «O Pensamento da Metrópole em relação ao Brasil», *RIHGB*, Vol. 225, abril-junho de 1962, p. 194.

¹⁸ Dauril Alden afirma que um ano antes da queda do Rio Grande nas mãos dos portugueses, discutia-se em Madri sobre a possibilidade de um ataque ao Brasil, que teria como primeiro objeto a ilha de Santa Catarina, e depois o Rio de Janeiro. Vozes dissonantes deste projeto diziam ser preferível, por mais cômodo e menos dispendioso, uma expedição peninsular contra Portugal, contando inclusive com a probabilidade de apoio do exército francês. D. ALDEN, *Royal Government...* cit., pp. 196-197.

finalidade de interceptar embarcações portuguesas com reforços e munições destinados aos territórios em conflito ¹⁹.

Em Lisboa, as notícias da expedição inimiga levantaram inúmeras suposições quanto aos seus possíveis alvos na América. Num primeiro momento parecia lógico um ataque visando a reconquista do Rio Grande, para o qual Böhn fora alertado no sentido de preparar a sua defesa ²⁰. Mas, pouco depois, o Marquês de Pombal fora advertido pelo embaixador português em Madri de que os espanhóis pretendiam antes abordar algum porto das capitânicas do norte. As atenções metropolitanas voltaram-se então para Salvador, cujas defesas estavam enfraquecidas devido ao envio de dois de seus regimentos para o Rio de Janeiro. O Marquês de Lavradio, então vice-rei, recebera ordens de remetê-los de volta à Bahia, juntamente com reforços de várias outras praças coloniais - salvo as do Rio Grande e de Santa Catarina -, e de nomear para o seu comando militar o Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria ²¹. Ao mesmo tempo, tratou de reforçar as defesas do Rio de Janeiro, caso o destino da esquadra espanhola fosse o porto daquela capital ²².

A participação ativa dos homens de negócio fluminenses numa nova expedição de corso, desta vez em alto mar contra os navios espanhóis, era assunto do ofício de 9 de outubro de 1776, de Martinho de Mello e Castro ao Marquês de Lavradio. Nele, o Secretário dos Negócios Ultramarino anunciava as condições propostas por Sua Majestade para a execução de uma tal empresa:

“não seria inútil, antes muito vantajoso, que os Homens de Negócio e outros habitantes ricos dessa Capital, armassem em guerra [...] e por sua própria conta, todas as embarcações pequenas que lhes for possível; e que as mandassem a Corso contra os transportes castelhanos desgarrados da Expedição que vai sair de Cádiz, e contra os que depois dela se poderão ainda continuar a mandar ao Rio da Prata”.

Mello e Castro assegurava aos proprietários dos navios corsários que

“todas as presas que fizerem, compreendidas as armas, artilharia e toda a sorte de provisões de boca e guerra, serão inteiramente suas, sem que Sua Majestade reserve para o seu Real serviço mais que a preferência de poder comprar tanto pelo tanto, ou por uma justa avaliação, o que se fizer necessário a ele” ²³.

¹⁹ De acordo com Alden aquela armada consistia na maior expedição espanhola já enviada à América, perdendo apenas para a esquadra britânica que, em 1740, armou-se contra Cartagena. (Idem, *Ibidem*, pp. 224-225).

²⁰ AHU, RJ, Avulsos, Cx. 110. doc. 68. Cartas de Martinho de Mello e Castro ao Marquês do Lavradio, a primeira de 6 de Agosto de 1776, dizendo ter chegado à Corte de Lisboa notícias do estrondoso aparato com que em Cadiz se preparava uma grande esquadra contra os domínios portugueses; e a segunda, de 21 de Agosto de 1776, afirmando que o seu destino seria o Rio da Prata, e a sua finalidade, castigar os insultos feitos aos espanhóis pelos portugueses em Santa Tecla e no Rio Grande de São Pedro.

²¹ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), Seção de Manuscritos (Mss), I-31,31,1, N. 4.

²² Suas diligências para a defesa daquele porto previam fechar a barra, empregando para isso os navios mercantes de maior força, entre os quais seria passada uma corrente de ferro “que possa sustentar mais o choque e embarace a entrada”. Destacaria ainda uma segunda linha de embarcações, “no caso de terem vencido a primeira Linha sem confusão”; e, por último, lanchas e sumacas “para serem incendiadas e se poderem lançar entre as dos inimigos”. Em relação às Tropas Auxiliares - constituídas de moradores do recôncavo - determinara que trouxessem consigo um, dois e até três escravos, “os quais viriam armados com paus de ponta ou seixos, que ajudariam também a defesa”. AHU, RJ, Avulsos, Cx. 110, doc. 34. Ofício do Marquês de Lavradio a Sebastião José de Carvalho e Mello, de 31 de outubro de 1776.

²³ AHU, RJ, Avulsos, Cx. 110, doc. 68. Ofício de 9 outubro de 1776. Mello e Castro, tomando paradoxalmente como exemplo a Guerra de Independência das colônias britânicas na América do Norte, afirmava que “a guerra mais formidável que os americanos tem feito ao presente aos ingleses [...] tem sido por meio de uma grande quantidade dos ditos corsários, com que lhes têm feito muitas e muito importantes presas, chegando a vir esperar os navios mercantes até à entrada do Mediterrâneo e costas de Portugal”.

Mais uma vez, no estágio em que se encontra a pesquisa, não é possível adiantar os desdobramentos deste projeto.

As Forças da Colônia...

No contexto da política que vinha sendo estabelecida por Lisboa no sentido incentivar a ajuda mútua das capitanias coloniais em momentos de perigo, o Marquês de Lavradio escrevera em meados de outubro a D. Antônio de Noronha, então governador das Minas, pedindo-lhe que enviasse o Regimento de Cavalaria que acabara de formar naquela capitania, e ainda algumas tropas de Auxiliares, para ajudarem na defesa do Rio de Janeiro. Em resposta, D. Antonio informava que ia remetendo os oficiais e soldados da Cavalaria que se encontravam prontos no quartel de Vila Rica, salvo aqueles necessários para as “*diligências precisas*”. Afirmava encontrar-se o resto do regimento espalhado em patrulhas nos diferentes destacamentos da capitania de Minas Gerais, sobretudo no Distrito Diamantino, “*em distâncias de 80, 100 e mais léguas, para a boa arrecadação e guarda da Real Fazenda*”. Quanto a recrutar Auxiliares e Ordenanças, dizia ser impossível fazê-lo sem que se seguissem grandes inconvenientes, “*porque os homens brancos desta Capitania são muito poucos a respeito dos negros e mulatos*”, acostumados a andar em bandos, infestando as estradas próximas aos povoados e atacando roceiros e suas famílias. Nesse sentido, para o patrulhamento dos caminhos e para as expedições à caça de quilombos armara Auxiliares e Ordenanças, e caso os recolhesse de seus distritos enviando-os ao Rio de Janeiro, “*ficará esta Capitania exposta a alguma sublevação dos mesmos negros aquilombados*”. Por outro lado, argumentava serem os corpos Auxiliares compostos quase inteiramente de agricultores e mineiros que, quando recrutados, abandonavam com seus escravos roças e lavras. E a partir destas considerações, respondia ao Marquês vice-rei, perguntando-lhe: “*como se pode juntar semelhantes Corpos em parte conveniente para o pronto socorro dessa Cidade, sem consternação desta Capitania, e sem grande prejuízo das lavras e das roças?*”²⁴.

Lavradio não se sensibilizara com os argumentos de Noronha e voltara a escrever ordenando-lhe que enviasse não somente a totalidade do Regimento de Cavalaria, mas que formasse corpos de brancos, negros e mulatos vadios e os acompanhasse em pessoa ao Rio de Janeiro. Sobre os escravos que seguiam os Auxiliares, sugeria que não os trouxessem consigo, e desta maneira o trabalho nas roças e minas não seria afetado²⁵. O governador das Minas retrucou com firmeza, lembrando ao vice-rei que manter a tranqüilidade e a segurança da capitania e promover a agricultura e a mineração eram os primeiros objetivos do seu governo. Defendia a utilidade dos vadios naqueles sertões, por povoarem áreas remotas, protegerem as fronteiras de ataques indígenas, abrirem caminhos e estradas e participarem nas expedições de captura de negros fugidos. Quanto a acompanhar as Tropas ao Rio de Janeiro, só o faria caso Lavradio nomeasse um Governador interino que o substituísse no período de sua ausência²⁶.

Embora tenha permanecido em Minas, D. Antônio de Noronha enviara ao Rio 241 soldados do Regimento de Cavalaria e 928 homens das Tropas Auxiliares e Companhias francas, arrematados para aquela ocasião específica²⁷.

Entretanto, as últimas informações chegadas à Corte de Lisboa especificavam que o intento dos espanhóis não era atacar a Bahia, nem mesmo o Rio de Janeiro. Atinavam, enfim, os ministros lisboetas com o verdadeiro objeto da expedição inimiga: primeiro invadir a Ilha de Santa

²⁴ BNRJ, Mss, 2, 2, 24, N. 17; e AHU, RJ, Avulsos, Cx. 110, doc. 29. Carta de 28 de outubro de 1776.

²⁵ BNRJ, Mss, 2, 2, 24, N. 18. Ordens de Lavradio citadas na resposta de D. Antônio de Noronha, de 17 de novembro de 1776.

²⁶ BNRJ, Mss, 2, 2, 24, N. 31. Carta de D. Antônio de Noronha para o Marquês de Lavradio, 19 de novembro de 1776.

²⁷ BNRJ, Mss, 2, 2, 24, N. 37. Carta de D. Antônio de Noronha para Martinho de Mello e Castro, de 7 de janeiro de 1777.

Catarina, para então recuperar toda a região meridional até o estuário do Prata. A partir de setembro de 1776 as ordens provenientes de Lisboa direcionaram-se para o municionamento e defesa das praças do sul²⁸.

Apesar dos preparativos de última hora, a força naval luso-brasileira sob o comando do Capitão de Mar Roberto Mac Dowall era insignificante se comparada à esquadra espanhola²⁹. Três meses depois da saída de Cádiz, a 13 de novembro de 1776, a expedição capitaneada pelo Marquês de Casa Tilly e por D. Pedro de Cevallos chegava no litoral de Santa Catarina em fins de fevereiro de 1777. Diante da grande superioridade da armada inimiga, a 20 de fevereiro, um Conselho de Guerra convocado por Mac Dowall decidira que os navios sob seu comando deveriam retornar ao Rio de Janeiro, no sentido de conseguir reforços e obter novas instruções do vice-rei. Desembarçados da oposição naval que deveria proteger a ilha, não foi difícil para os espanhóis descerem a terra. Três dias depois, quando se preparavam para tomar a fortaleza de Ponta Grossa - a primeira situada na entrada da baía - os espanhóis descobriram, atônitos, que ela havia sido evacuada. O mesmo aconteceu com os fortes de Santa Cruz e Ratoles, localizados um pouco mais adiante. Em 26 de fevereiro Cevallos ocupou a Vila de Santo Antônio a duas léguas de Desterro, para onde enviou uma delegação exigindo sua capitulação. Em resposta, soube ter sido aquela vila também abandonada, tanto pela população civil, quanto pelos militares portugueses. Mais uma vez repetia-se em Santa Catarina o mesmo que, em 1763, ocorrera no Rio Grande. As capitulações foram assinadas no dia cinco de março de 1777.

Cevallos pretendia ainda ocupar o Rio Grande, segundo objetivo de seu plano maior de expulsar os portugueses de toda a região sul. No entanto, as negociações e tarefas que envolviam a capitulação de Santa Catarina - inventários das presas e dos saques, ofícios a serem remetidos a Madri, envio dos prisioneiros ao Prata, medidas de segurança para manter as conquistas frente a uma possível investida lusa - o detiveram mais do que previra naquela ilha. Quando zarpou rumo ao sul, o mau tempo e os ventos contrários impediram que alcançasse o litoral do Rio Grande, obrigando-o a ir diretamente ao estuário platino, onde entrou no porto de Maldonado no dia 18 de abril. Dali preparou-se para conquistar e destruir definitivamente a Colônia do Sacramento, que já vinha sofrendo havia alguns meses um duro bloqueio por forças espanholas enviadas pelo governador de Buenos Aires, encontrando-se num estado desesperador devido à falta de alimentos e de recursos.

Não foi difícil, nestas circunstâncias, a capitulação da fortaleza. A quatro de junho de 1777 forças espanholas conquistavam a Colônia do Sacramento pela quarta vez nos noventa e sete anos de sua existência. Nos dias que se seguiram, a cidadela fora completamente destruída, colocando-se um ponto final no símbolo de uma disputa sangrenta e imemorial entre as duas metrópoles ibéricas pelo domínio do comércio platino.

Enquanto os portugueses perdiam para os espanhóis algumas de suas principais possessões na América meridional, sofriam um outro tipo de perda, desta vez em seu próprio território. Com o falecimento de D. José I, D. Maria herdava o trono, afastando Pombal do cargo de Secretário dos Negócios do Reino. Antes mesmo das notícias da queda de Santa Catarina e da Colônia chegarem à Europa, o afastamento dos dois grandes protagonistas ibéricos das intransigentes negociações e disputas territoriais no continente americano - Pombal e Grimaldi - levava enfim a uma acomodação que tornava possível uma trégua visando à discussão de um novo tratado de paz que demarcasse limites definitivos entre as possessões portuguesa e espanhola.

²⁸ BNRJ, Mss, I-31, 31, 1, N. 21. Ofício de Carvalho e Mello ao Marquês de Lavradio, de 9 de setembro de 1776; BNRJ, Mss, I-31, 31, 1, N. 31. Carta de Martinho de Mello e Castro ao Marquês de Lavradio, de 11 de Setembro de 1776.

²⁹ Cf. D. ALDEN, *Royal Government...* cit., p. 217, nota 94; e p. 228, nota 15: 4 náus, 4 fragatas e 4 corvetas. Cf. ainda AHU, RJ, Avulsos, Cx. 114, doc. 15. "Mapas das Embarcações e dos seus Comandantes que compõem a Esquadra debaixo do comando do Marquês de Lavradio, de que é chefe Roberto Mac Dowell".

As negociações se estenderam até primeiro de outubro de 1777, quando finalmente foi assinado o Tratado de Santo Idelfonso, segundo o qual caberia à Espanha a área da Colônia do Sacramento, embora Portugal continuasse a manter o Rio Grande e toda a região das lagoas Mirim e dos Patos. Recuperava Santa Catarina, com a condição de que os navios mercantes espanhóis recebessem nela toda a hospitalidade e assistência em casos de necessidade, como convinha a súditos de monarcas entre os quais prevalecia a mais firme amizade e aliança. A área das Sete Missões, motivo da revogação do Tratado de Madri, permaneceria nas mãos dos espanhóis.

Quanto à cidade do Rio de Janeiro – que, desde meados do século XVII vinha se constituindo em eixo articulador da região centro-sul da América portuguesa – não apenas dos territórios meridionais, mas ainda da vasta região das minas (Gerais, de Goiás e de Mato Grosso ou Cuiabá) – articulando, mais do que isso, as inúmeras rotas de navegação do Atlântico-Sul – terá sua posição central cada vez mais definida, até que, em 1808, se dê a transferência da Corte portuguesa para essa cidade, coroando definitivamente sua condição de capital do Império português.